

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250



2ª ED.

ATEMPA



CPHIS

Coletivo das Professoras e
Professores de História da
Rede Municipal de Ensino
de Porto Alegre

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250

ORGANIZADORES:

Marco Mello

Roselena Colombo

Claudia Aristimunha

Melina Perussatto

Inês Vicentini

Coletivo de Professoras e Professores de História
da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS)

Associação de Trabalhadores em Educação do
Município de Porto Alegre (ATEMPA)

2ª ed.
PORTO ALEGRE, RS
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739 PoAncestral: muito além de 250 / organização de Marco Mello, Roselena Colombo, Claudia Aristimunha ... [et al.] 2ª ed. - Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2023.
163 p. : il.

ISBN: 978-65-996311-3-9

1. Porto Alegre (RS). 2. Ancestralidade. 3. Memória social. 5. Comunidade quilombola. 6. Povos indígenas. 7. Ensino de história. I. Mello, Marco. II. Colombo, Roselena. III. Aristimunha, Claudia. IV. Perussatto, Melina. V. Vicentini, Inês. II. Título.

CDU – 981.651
930(816.51)

Elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Esta publicação é de acesso livre e é permitida sua reprodução, em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais

diálogo com os poderes legislativo, executivo e judiciário.

Através de parceria com a Ouvidoria da Defensoria Pública do estado foi possível realizar audiências públicas que serviram de instrumentação para operadores de direitos e Ministério Público na defesa e compreensão deste espaço enquanto espaço de formação, educação, cuidado e preservação de valores civilizatórios de matriz africana. Esta parceria foi muito importante para o enfrentamento do Racismo religioso. O diálogo com o Comando da Brigada Militar foi outra estratégia do Conselho para barrar os excessos policiais nas abordagens em ocorrência de perturbações sonoras e meio ambientes que eram feitas de forma truculentas criando constrangimentos para os Pais e Mães de Santo.

O Conselho do Povo de Terreiro do estado do Rio Grande do Sul teve papel político fundamental na luta contra o PL 21 em 2016 proposto por uma Deputada Estadual que pretendia proibir a utilização de animais nos ritos litúrgicos de Matriz Africana.

A Consolidação do Conselho Estadual soluciona a questão da invisibilidade política em casos como o da Consulta do STF, por isto recomendamos a Criação de um Conselho Nacional que sirva de instrumento para criar normas internas para o Povo de Terreiro que ajudem a minimizar o racismo religioso, ambiental e comercial.

Já na nossa Cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul que acolhe uma estimativa de em torno de dez mil terreiros, iniciou-se o diálogo para constituição do Conselho Municipal do Povo de Terreiro, foi aderida a pauta após muito debate, inclusive

com a procuradoria do município, e o PL que criaria o Conselho estava pronto; o então Prefeito José Fortunati se licencia e a pauta é engavetada. Na sua sucessão, o Prefeito Marquazan fechou as portas para o diálogo com os movimentos sociais e assim se portou durante os quatro anos de mandato e, na gestão atual, há uma sinalização encabulada do Prefeito Melo.

Porto Alegre é demais para os Sirotsky da vida, Porto Alegre da RBS cantada em verso e prosa. Uma Porto Alegre que invisibiliza e mantém na subterraneidade política e social a sua melhor metade: a população negra com o Povo de Terreiro e o manancial de saberes, cultura, e saúde que este espaço produz. Esta é, sem dúvida, a capital do racismo, que tenta negar o acesso das diferenças a diversos espaços públicos com práticas como Racismo e Racismo Religioso que nega políticas públicas para este segmento expressivo da sociedade composto por Cidadãos e Cidadãs que pagam seus impostos.

Será que precisará de mais 250 anos para termos uma capital que, de fato, seja equânime e que acolha as diferentes culturas, notadamente a cultura negra que construiu e enriqueceu o País? Aguardemos os próximos capítulos.

REFERÊNCIAS

<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/20170704/20141223143644boletim-versao-final-ok.pdf>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm

O FUTURO É ANCESTRAL: INQUIETAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO

Andressa Barbosa Silveira

Graduanda em História – Licenciatura na UFRGS
Educadora social na Casa de Nazaré Centro de Apoio ao Menor, Porto Alegre
Endereço eletrônico: barbozena@gmail.com

Jonas Silveira da Silva

Graduando em História – Licenciatura na UFRGS.
Monitor/estagiário na EMEF Alberto Pasqualini, de Gravataí
Endereço eletrônico: jonaslichistoria@hotmail.com

Melina Kleinert Perussatto

Professora na Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)
Endereço eletrônico: melinaperussatto@gmail.com

A escrita coletiva do presente capítulo surgiu de compromissos compartilhados nos projetos PoAncestral e Imprensa Negra Educadora¹, sobretudo no que diz respeito à construção de caminhos para a reparação no ensino de história e na educação. Dentre os desafios, o de enfrentar o fato de o ensino de história, conforme Maurício Dorneles e Carla Meinerz (2021), reunir uma comunidade predominantemente branca, que pouco se interroga sobre sua branquitude, ou sobre como se sentem as pessoas negras em seus espaços. Para superar tal quadro, apontam para três necessidades: 1) “conexão com as pessoas negras em movimento, ressaltando seu protagonismo na qualidade de referências a serem honradas e citadas”; 2) “positivação das narrativas acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras”; 3) “escurecimento de nossas referências bibliográficas, assim como dar nome, sobrenome e cor aos nossos aprendizados com estudantes e colegas negros (técnicos ou docentes) em espaços universitários” (p. 413).

Salientamos que o fato de Porto Alegre, a capital do segundo Estado mais branco do Brasil, ser a mais segregada dentre as capitais se expressa na própria autoria do texto: uma estudante negra e educadora social, moradora do bairro Cristal; um estudante negro e estagiário/monitor escolar, morador do bairro Morada do Vale II (Gravataí); e uma professora universitária branca, moradora do Centro Histórico. Mas Porto Alegre também é a capital brasileira que abriga a maior proporção populacional de adeptos a religiões de matriz africana, bem como o primeiro quilombo urbano titulado no país². Assim, na esteira das sugestões de Dorneles e Meinerz (2021), partimos dos ensinamentos, existências e resistências da Porto Alegre ancestral, negra, quilombola, indígena, periférica, muito além daquela de 250 anos.

A primeira escuta foi a das falas na *live* “Ancestralidade Negra, Quilombos e Segregação em Porto Alegre”³. Geneci Flores, liderança do Quilombo Flores, por meio da memória da matriarca e ancestral Rosalina Flores, falou-nos sobre a importância do (re) conhecimento da própria história em sua beleza, força e luta no fortalecimento das lutas quilombolas, que são lutas civilizatórias. Onir

Araújo, da Frente Quilombola do RS, lembrou-nos que o longo histórico de resistências no território urbano de Porto Alegre por reterritorialização, frente à desterritorialização provocada pela supremacia branca, é uma continuidade das lutas por libertação, por sua vez vinculadas e sustentadas na ancestralidade e na memória construídas em África e na diáspora. Como tarefa urgente, a unificação das lutas por retomada e reterritorialização com vistas à construção de uma sociedade do bem-viver, uma nação pluriétnica, em que pessoas negras e indígenas possam finalmente existir e viver em liberdade.

Essas falas dialogam com os três conceitos-chave das DCNERER (2004) — reconhecer, valorizar e reparar —, de modo que reparar também diz respeito à retomada de territórios em sentido ampliado, incluindo os acadêmicos e escolares, ainda hegemônicos por corpos e epistemes brancas. Dessa forma, eu, Melina Kleinert Perussatto, convido a quem lê, sobretudo as pessoas brancas, a refletirem e a aprenderem com Andressa Barbosa Silveira e Jonas Silveira da Silva, cujas inquietações e ensinamentos apontam e abrem caminhos para a reparação.

Valeska Garbinatto (2015) é uma professora de História da Rede Estadual de Ensino no Rio Grande do Sul, de pele branca, e autora de um artigo sobre Territórios Negros e os caminhos que levam à visibilidade. Nele, aborda o cotidiano de seus estudantes periféricos negros e o impacto que a presença negra ou a falta dela gera em suas vidas. A escola que usa como ponto de partida encontra-se no meio de diversas favelas de um bairro nobre da Zona Sul de Porto Alegre, bairro esse que é majoritariamente ocupado por pessoas de classe média alta, rodeado de shoppings, supermercados e atrações turísticas. A partir de Milton Santos (1994), Valeska aponta que o território não se limita a um espaço geográfico, mas, sim, ao espaço usado pela sociedade e a movimentação que ela faz nesses espaços.

Não é à toa que o pôr do sol na beira do Guaíba é um dos cartões postais da cidade. A zona sul tem esse privilégio de possuir uma larga e extensa faixa de visão plena e panorâmica do pôr, mas o que o apagamento histórico do bairro não nos permite enxergar são as inúmeras famílias que residem aos redores do Barra Shopping Sul e as dificuldades extremas enfrentadas por elas. São anos desse processo de “higienização” das favelas do Cristal em prol de uma limpeza étnica e social para que a elite da zona sul consiga deleitar-se do pôr sem ter que dividir os espaços com a classe

¹ Busca efetivar as DCNERER (2004) a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (1892 e 1930). O portal está em construção (<ufrgs.br/pine>).

² Ver os dados do IBGE, 2010 e do IDH, 2021.

³ A *live* está disponível em: <<https://youtu.be/9sUxez5eAKA>>. Acesso em 10 de abril de 2022.

C. Quais espaços se formaram no Cristal pela movimentação da elite? Praticamente todos!

Por outro lado, a população do bairro em grande maioria não conhece os espaços de luta e resistência negra no Cristal. O Quilombo do Sopapo é um exemplo de uma parte da história do bairro que não é contada. Valeska, ainda em seu artigo, ressalta a importância das terreiras como territórios negros e como a ocupação desses espaços se firma e resiste contra o preconceito e a intolerância religiosa no bairro, que possui um número vasto de igrejas católicas e evangélicas. São movimentações como essas a que Milton Santos referia-se. Ainda que o Cristal seja geograficamente ocupado pela parte mais favorecida da sociedade, as favelas e seus moradores são quem mais se movimentam dentro deles, seja trabalhando nas mansões das partes nobres, ou até mesmo indo ver o pôr. Quando um jovem negro e seus amigos também negros, são malvistas por frequentadores brancos no shopping de classe alta que se localiza ao lado da casa deles, esse tipo de movimentação incomoda os favorecidos, e muito.

O bairro Cristal, nessa divisão de classes, acaba ficando nas mãos de quem tem mais recursos para mostrar “sua história”, mostrar o Cristal vivido pela elite, não pelos estudantes negros da Valeska. Ela sempre lutou para que reconhecessem seus espaços e os ocupassem. Existe um lema dito por quem mora no Cristal e arredores que é: “A Zona Sul é tudo de bom”. Mas tudo de bom para quem? Qual zona sul? A das terreiras, campos de várzea e festa comunitária onde tem alagamento, falta de saneamento básico? Ou a dos condomínios de luxo com segurança privada?

A presença negra e a resistência do bairro existem e persistem, quando de frente para o pôr do sol grupos de religiões de matriz africana realizam suas oferendas e proferem seus cânticos ao mesmo tempo em que pessoas circulam com suas bikes, cachorros e skates. A movimentação negra ocupa a Zona Sul quando acontece o evento de Nossa Senhora dos Navegantes na beira de Ipanema. Essa é a Zona Sul que fica fora do conhecimento até mesmo de quem viveu a vida toda nela. O Cristal resiste quando realiza eventos culturais sobre a cultura afro-brasileira, quando é ensinado pelos griôs nas contações de história quem foram nossos ancestrais, como o Sopapo foi criado e sua importância histórica para os negros do Rio Grande do Sul, o Cristal dos negros existe e resiste!

Eu, Andressa, como mulher negra, tive como referência a minha avó Luiza, mulher

negra, que lavava roupa no Arroio Cavalhada e era dona de terreira. É uma marca da minha ancestralidade, cujo bairro Cristal serviu de berço, e me guiou por esses territórios através da contação de histórias. Avós são seres sagrados, espiritualizados, com seus jeitos firmes e delicados administram tudo. Escrever algo sobre elas não é fácil, são nossas guardiãs, nossos portos seguros, são tudo de bom e mais um pouco. Fizeram e fazem, até em outro plano, tudo por nós, acalmam-nos, aconselham-nos. É como um trecho de uma letra do rapper Emicida, “*Eu sou o sonho dos meus pais, que eram sonhos dos avós / Que eram sonhos dos meus ancestrais*”.

Somos frutos dos nossos ancestrais e, como frutos, a ancestralidade é nosso guia, nos ajuda a entender as trincheiras da vida do nosso cotidiano, os caminhos fechados por estruturas que não são visíveis, mas latentes, e que aos poucos reabrimos com nossos corpos, nossas vozes. Isso é uma reterritorialização, uma retomada de algo que foi nosso. Não é de hoje que estamos nesse trabalho, nesse caminho de escurecer, *amefricanizar*, aquilombar, deixando nítido o que parecia tão nitidamente branco e que hoje vemos que nunca foi, Machado de Assis que o diga. E nada melhor que o processo de sankofa para entender que retornar ao passado é necessário e inevitável para compreendermos o nosso momento atual e futuro. Como diz a filósofa Katiuscia Ribeiro, “O futuro é ancestral”⁴.

Isso nos ajuda a entender que as trincheiras das escolas não são diferentes. Os caminhos são tensos, processos complexos, entre os corredores, entre as salas de aula. Uma risada ali, um grito lá, mas, quando olhamos, o silêncio paira e nesse momento os corredores das salas se transformam em uma Sapucaí sem carnaval, um Porto Seco sem carnaval, sem aquela marcação do surdo de primeira da Mangueira ou sem aquele grito “*Tinga teu povo te ama*”. Todavia, sabemos onde encontrar, onde articular modelos para que isso não aconteça, foi mostrado, está aí. E nada melhor que um bom ebó para exu para firmar e abrir esses caminhos. É só retornarmos em Lélia Gonzalez (2020) e Abdias do Nascimento (2019) que, com muita esperteza, articularam de diversas maneiras uma agência negra, e com isso nos mostram outros modelos e caminhos de um ensino de história. Afirmavam: somos *amefricanos*, somos quilombistas e devemos contar a nossa história a partir de nós, de

⁴ Disponível em: <<https://youtu.be/mxJEmiUvnJ8>>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

nossas vivências, ou como nos diz Conceição Evaristo (2017), de nossas escrevivências.

Como diria o historiador, escritor e angoleiro Allan da Rosa (2020), e me atrevo a tentar decifrar a sua fala ou escrita, com as minhas palavras, eu, Jonas Silveira da Silva, *macumbeiro, sambista, negro, jogador da vida que entre as encruzilhadas uso das palavras faladas ou escritas, uso a malandragem, a artimanha, que com o gingar da capoeira e com uma meia-lua-de-compasso fujo e me rearticulo a todo momento, para não cair, não ser golpeado, que sorte que eu tenho de ser amefricano e aquilombado. É, mestre Allan da Rosa, você nos ensina essa pedagoginga da vida, do ensino de história que foge do modelo tradicional, desse ensino duro, sólido, neutro, eurocidental que depois de muito tempo, precisa escurecer.*

Isso é um dos múltiplos modelos ancestrais que podemos nos ater, nos inspirar e praticar. Porém, sempre é bom e necessário entender que ancestralidade não é algo simples de compreender, pode ser usada de várias maneiras, mas sempre com muita responsabilidade. E me arrisco a dizer que escrevo sobre ancestralidade com pouco conhecimento, mas com uma *escrevivência* da rua, dos cruzeiros e peço licença a Exu, e que me perdoe se cometo algum erro sobre essa escrita, que antes mesmo de ser digitada, foi pensada, falada e analisada. Laroyê!

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). Brasília, 2004.
- DORNELES, Maurício; MEINERZ, Carla. O tema do negro e a vida do negro: dilemas da Educação das relações étnico-raciais no campo da pesquisa em ensino de História. In: ANDRADE, Juliana; PEREIRA, Nilton (Orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021. pp. 406-421.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.
- GARBINATTO, Valeska. Territórios Negros no Rio Grande do Sul: quais os caminhos que nos levam a visibilidade. In: **XII Jornada Estadual de Estudos Afro-brasileiros**. O patrimônio Afro-brasileiro, Indígena e a lei 11.645/08. 2015. Porto Alegre. (Anais eletrônicos). Porto Alegre: FAPA, 2015. Disponível em: <<https://is.gd/10eMX7>>. Acesso em: 15 de abril de 2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio Janeiro: Ipeafro, 2019.
- ROSA, Allan da. **Pedagoginga, autonomia e mocambagem**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.